

Demonstrações Financeiras

Francisco Sá II Geração de

Energia S.A.

(Órigo Energia)

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período Findo em 31 de dezembro de 2024



Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Francisco Sá II

Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá II Geração de Energia S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a qual descreve a existência de volumes relevantes de saldos e transações com partes relacionadas. Conseqüentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.6 às demonstrações financeiras, a Sociedade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas à elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos, incluindo o método, as premissas e os dados da estimativa contábil; (ii) o teste e desafio das premissas de negócio relevantes utilizadas pela Sociedade, entre elas a projeção das receitas e dos custos, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento; (iii) o teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Sociedade sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiência de controles internos relacionada à falha no desenho e na implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável desses ativos, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria, modificando a natureza e ampliando a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	717	3	717	3
Títulos e valores mobiliários	5	3.499	-	-	-
Partes relacionadas	6	17.890	24.488	17.890	24.488
Despesas antecipadas	7	2.942	2.844	2.942	2.844
Impostos a recuperar		23	-	23	-
Outros ativos		51	61	51	61
Total do ativo circulante		25.122	27.396	21.623	27.396
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	22.507	27.117	26.205	27.117
Despesas antecipadas	7	1.914	3.622	1.914	3.622
Depósitos judiciais		55	-	55	-
Imobilizado	8	174.143	168.038	174.143	168.038
Direito de uso de ativo	9	5.501	5.634	5.501	5.634
Intangível	10	4.944	-	4.944	-
Total do ativo não circulante		209.064	204.411	212.762	204.411
TOTAL DO ATIVO		234.186	231.807	234.385	231.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	11	316	65	316	65
Empréstimos e financiamentos	12	39.230	26.191	39.230	26.191
Partes relacionadas	6	11.064	26.331	11.064	26.331
Passivo de arrendamento	9	1.341	1.295	1.341	1.295
Obrigações tributárias		1.797	1.717	1.797	1.717
Total do passivo circulante		53.748	55.599	53.748	55.599
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	156.372	179.463	156.571	179.463
Passivo de arrendamento	9	5.822	5.655	5.822	5.655
Partes relacionadas	6	18.955	-	18.955	-
Total do passivo não circulante		181.149	185.118	181.348	185.118
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	13	19.870	19.870	19.870	19.870
Prejuízos acumulados		(20.581)	(28.780)	(20.581)	(28.780)
Total do patrimônio líquido negativo		(711)	(8.910)	(711)	(8.910)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		234.186	231.807	234.385	231.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	15	55.037	53.413
Custo dos serviços prestados	16	(7.941)	(7.436)
Lucro bruto		47.096	45.977
Despesas operacionais			
Outras despesas (CPC 47)	16	(1.230)	-
Despesas gerais e administrativas	16	(649)	499
Outras receitas operacionais		91	248
		(1.788)	747
Lucro antes do resultado financeiro		45.308	46.724
Receitas financeiras	17	2.870	2.547
Despesas financeiras	17	(33.731)	(33.175)
Resultado financeiro líquido		(30.861)	(30.628)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.447	16.096
Imposto de renda e contribuição social		(6.248)	(6.018)
Lucro do exercício		8.199	10.078
Lucro por ação das operações em continuidade - básico e diluído	14	0,41	0,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá Il Geração de Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2024	2023
Lucro do exercício	8.199	10.078
Resultado abrangente do exercício	<u>8.199</u>	<u>10.078</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>19.870</u>	<u>88</u>	<u>(38.946)</u>	<u>(18.988)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	10.078	10.078
Compensação de prejuízos com reservas	13.2	-	(88)	88	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>19.870</u>	<u>-</u>	<u>(28.780)</u>	<u>(8.910)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	8.199	8.199
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>19.870</u>	<u>-</u>	<u>(20.581)</u>	<u>(711)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
		Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício			8.199	10.078
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	7, 8, 9 e 10		8.792	7.891
Baixa do ativo imobilizado	8		355	4.505
Atualização do direito de uso	9		123	-
Remuneração títulos e valores mobiliários	5		1.111	665
Juros sobre empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	6, 9 e 12		33.739	33.736
			52.319	56.875
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Outros ativos			118	(1.170)
Despesas antecipadas	7		(68)	(1.015)
Fornecedores	11		251	(219)
Impostos e tributos a recolher			6.214	5.875
Partes relacionadas	6		16.647	(23.995)
Caixa gerado pelas atividades operacionais			75.481	36.351
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	6, 9 e 12		(41.133)	(39.253)
Imposto de renda e contribuição social, pagos			(6.134)	(5.887)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			28.214	(8.789)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8 e 10		(18.459)	(4.851)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(18.459)	(4.851)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de mútuo com partes relacionadas	6		1.698	13.090
Pagamento de mútuo (principal)	6		(10.717)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	9		(22)	93
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento			(9.041)	13.183
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			714	(457)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4		3	460
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4		717	3
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			714	(457)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Francisco Sá II Geração de Energia S.A. (“Empresa” ou “Companhia”), constituída em 19 de março de 2018 como uma sociedade limitada, foi alterada para Sociedade Anônima em 15 de janeiro de 2020. A Companhia é controlada integralmente pela Ebes Sistemas de Energia S.A. e tem sua sede instalada na Rodovia MG 122, número KM 110, Fazenda Caititu, bairro/distrito Francisco Sá, município Francisco Sa - MG, CEP 39.580-000.

A Companhia consolida em suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da controladora e do fundo de investimento Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar) - FIDC.

A Companhia atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Companhia aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para Consórcios e/ou Cooperativas, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às Empresas distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia. Desta forma, a receita auferida pela Companhia provém dos aluguéis pagos pelos consórcios e cooperativas, provenientes da locação das UFVs.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 49,9 MWp(*) (46,5 MWp em 2023), conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais.

	MWp Operando (*)	
	2024	2023
FRANCISCO SÁ	9,9	9,9
BRASILIA DE MINAS	6,6	6,6
JANAUBA	3,3	3,3
IBIÁ	6,7	6,7
BOM DESPACHO	3,2	3,2
LAGOA GRANDE	10,0	10,0
ARAÇUAI	3,4	3,4
VAZANTE	3,4	3,4
PATOS DE MINAS	3,4	-
	49,9	46,5

Cidade	Fazenda	MWp	Status	Data de operação
FRANCISCO SÁ	Francisco Sá - 33179	6,6	EM OPERAÇÃO	jul/19
BRASILIA DE MINAS	Brasília de Minas - 58982	6,6	EM OPERAÇÃO	abr/20
JANAUBA	Janaúba - 30033	3,3	EM OPERAÇÃO	jul/20
FRANCISCO SÁ	Francisco Sá - 99664	3,3	EM OPERAÇÃO	ago/20
IBIÁ	Ibiá - 44542	3,3	EM OPERAÇÃO	dez/21
BOM DESPACHO	Arcos - 77817	3,2	EM OPERAÇÃO	dez/21
LAGOA GRANDE	Lagoa Grande - 03390	3,3	EM OPERAÇÃO	fev/22
LAGOA GRANDE	Lagoa Grande - 81978	3,3	EM OPERAÇÃO	fev/22
IBIÁ	Ibiá - 21325	3,4	EM OPERAÇÃO	mar/22
ARAÇUAI	Araçuaí - 27408	3,4	EM OPERAÇÃO	jun/22
LAGOA GRANDE	Lagoa Grande - 58287	3,4	EM OPERAÇÃO	ago/22
VAZANTE	Vazante - 83166	3,4	EM OPERAÇÃO	dez/22
PATOS DE MINAS	Patos de Minas - 87510	3,4	EM OPERAÇÃO	dez/24

Em 31 de dezembro de 2024 não há fazendas em fase pré-operacional.

(*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas. Informação não auditada.

1.1 Situação Financeira

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo na controladora de R\$ 28.626 e consolidado de R\$ 52.672 negativo (R\$ 28.203 Controladora e Consolidado negativo em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido negativo, na controladora e no consolidado, de R\$ 711 negativo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.910 de patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia mantém saldo de prejuízos acumulados, na controladora e consolidado, de R\$ 20.581 em 31 de dezembro de 2024 (prejuízos acumulados de R\$ 28.780 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa das atividades operacionais, controladora e consolidado, foi de R\$ 28.214 positivo (R\$ 8.789 negativo em 31 de dezembro de 2023).

Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R\$ 33.731 em 31 de dezembro de 2024, no Consolidado e Controladora (R\$ 33.175, Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2023) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Companhia para financiar a construção das fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada.

Com as fazendas já conectadas e com a capacidade final instalada de 49,9 MWp, contemplando as construções e conexões, a Companhia deve aumentar significativamente suas receitas recorrentes, assim como reduzir o fluxo de investimentos dado o atingimento do estágio operacional de seus projetos, otimizando resultado operacional e assim aprimorando a situação financeira apresentada. O planejamento da Companhia para os próximos anos é manter investimentos em fontes de energia renováveis, tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Diretoria em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Estes planos são acompanhados durante o exercício pela Diretoria da Companhia, podendo sofrer alterações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada Controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Diretoria da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 23 de abril de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e do fundo de investimento Green FIDC Solar GD – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar (Nota 5), conforme detalhadas a seguir, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, especificamente, para o balanço patrimonial consolidado.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios:

- Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as entidades consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas entidades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da entidade investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as entidades consolidadas.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em entidades controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis e estimativas das controladas são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente, todas as controladas seguem o mesmo exercício social da Companhia, encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

b) Transações e participações de acionistas/quotistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas.

Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Companhia possui passivos financeiros correspondentes as cotas seniores e mezanino do Green FIDC Solar GD – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar (FIDC), Nota 13.

O fundo FIDC é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados e a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 26.006 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 27.117 em 31 de dezembro de 2023), que representam 12% do total do patrimônio total do FIDC, Nota 5.

Conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, a Companhia que é investidora da cota subordinada júnior, é a mais impactada aos retornos variáveis (ganhos e perdas), tem habilidade de utilizar o poder para afetar os retornos variáveis, e por isso consolida o respectivo fundo de investimento em suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, salvo disposição em contrário.

2.5.1 Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais / menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A "provisão para perdas de crédito esperada", é constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações, os títulos vencidos há mais de 60 dias, e a base de experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Partes relacionadas

Incluem os faturamentos de locação das UFVs para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como partes relacionadas, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo, são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, pelo fato de o partes relacionadas ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, dentre outros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Companhia, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Seguindo as premissas do CPC 08 (R1) / IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

2.5.2 Arrendamentos

A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamento considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados.
- (iv) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (v) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (vi) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vii) A taxa de desconto utilizada é de 14,13% a.a. e 16,40% a.a. em 2024 e 2023, respectivamente, alterando de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 28/06/2024 o spread de crédito incidente sobre a emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), para o período de 25 a 30 anos.
- (viii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.
- (ix) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Companhia.
- (x) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia que é detentora das UFVs, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.5.3 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência de 25 a 30 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

	Vida útil (anos)	
	2024	2023
Máquinas e equipamentos solar	25-30	25-30
Móveis e utensílios	10	10

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5.4 Despesas antecipadas

A Companhia capitalizou os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente como despesa antecipada, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros.

Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

2.5.5 Intangível

A Controladora Ebes Sistemas de Energia S.A. incorre em custos para a adequação de redes em subestações, realizadas em nome das distribuidoras, com o objetivo de viabilizar a conexão e operação das fazendas solares. Parte desses custos é ressarcida pelas distribuidoras, enquanto os valores não ressarcidos são repassados pela Controladora para a Companhia e reconhecidos como ativos intangíveis.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, que inclui os valores diretamente atribuíveis para prepará-los para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Considerando que o ativo intangível está diretamente relacionado ao imobilizado das fazendas solares, sua amortização é calculada pelo método linear, utilizando o mesmo período de vida útil adotado para a depreciação das fazendas solares. Esse tratamento está alinhado ao item 2.5.3 das políticas contábeis da Companhia e reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos gerados pelo ativo.

	Vida útil (anos)
	2024
Conexão Fazenda Solar	25-30

2.5.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O valor recuperável de cada uma das UFVs, que é a unidade geradora de caixa, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de IPCA + 14% em 2024 e 2023. A taxa de crescimento considerado para as despesas e receitas foi o IPCA. As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento real. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2024, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução / aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.5.7 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação

Receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 a 30 anos.

2.5.8 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

A Companhia adota o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, e sobre os 32% incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.10 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.5.11 Adoção de normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16);
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7).

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não gerou impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 que vão gerar impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- Vida útil do ativo imobilizado: Nota 2.5.3.
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.5.6.
- Provisão para riscos: Nota 18.
- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.5.2.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Bancos conta movimento	-	3
Aplicações financeiras (*)	717	-
	<u>717</u>	<u>3</u>

(*) As aplicações financeiras possuem liquidez diária, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de até 85% do CDI em 31 de dezembro de 2024. (Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía saldo de aplicação financeira).

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2024	2023
Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar) - FIDC	<u>26.006</u>	<u>26.205</u>	27.117
	<u>26.006</u>	<u>26.205</u>	<u>27.117</u>
Circulante	3.499	-	-
Não circulante	<u>22.507</u>	<u>26.205</u>	27.117
	<u>26.006</u>	<u>26.205</u>	<u>27.117</u>

Em 2021, foi celebrado Instrumento para desconto de recebíveis através de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC), conforme Nota 12. O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 26.006 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 27.117 em 31 de dezembro de 2023).

O fundo por sua vez investe em cotas do fundo ICVM 409 e títulos públicos federais.

Movimentação em 2024 - Controladora:

	2023	Investimento	Variação da cota júnior	2024
Green FIDC Solar GD	27.117	-	(1.111)	<u>26.006</u>
	27.117	-	(1.111)	<u>26.006</u>

Movimentação em 2024 - Consolidado:

	2023	Investimento	Variação da cota júnior	2024
Cotas de fundos	27.117	-	(912)	<u>26.205</u>
	27.117	-	(912)	<u>26.205</u>

Movimentação em 2023 - Controladora e Consolidado

	2022	Investimento	Variação da cota júnior	2023
Green FIDC Solar GD	27.782	-	(665)	27.117
	27.782	-	(665)	27.117

6 PARTES RELACIONADAS

a) Saldos	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Ativo		
Cientes Intercompany		
Frutal Geração de Energia 27 Ltda (*)	128	128
João Pinheiro Solar Ltda (*)	606	606
Janaúba II Geração de Energia S.A. (*)	3.859	3.859
Melgaço Geração de Energia 31 LTDA (*)	646	646
Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) (**)	10.741	14.602
Consórcio Pampulha (**)	844	2.249
Consórcio Canastra (**)	706	2.048
Consórcio Chico Rei (**)	360	350
	17.890	24.488

(*) O saldo de duplicatas a receber com Frutal Geração de Energia 27 Ltda, João Pinheiro Solar Ltda, Janaúba II Geração de Energia S.A e Melgaço Geração de Energia 31 Ltda, refere-se a venda de imobilizado, realizado a valor de custo sem ganho de capital.

(**) O saldo de duplicatas a receber com a Cooperativa Órigo Geração Distribuída, Consórcio Pampulha, Consórcio Canastra e Consórcio Chico Rei refere-se a receita de locação dos ativos de micro e minigeração de energia.

Passivo	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores Intercompany		
Ebes Sistemas de Energia S.A (*)	11.064	1.015
Mútuo (**)	18.955	25.316
	30.019	26.331
Circulante	11.064	26.331
Não circulante	18.955	-
	30.019	26.331
	Movimentação do Mútuo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.352	
Captações	17.110	
Juros incorridos	1.875	
Pagamentos de juros e principal	(4.021)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.316	
Captações	1.698	
Juros incorridos	2.658	
Pagamentos de juros e principal	(10.717)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.955	

(*) Os saldos de fornecedores e as transações de compras correspondem a aquisição dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas (módulos/inversores) entre a Companhia e sua controladora, sem margem, tendo em vista que somente a controladora possui registros para importação dos equipamentos.

(**) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldos de mútuo em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., sem vencimento definido e taxa de juros de 1% a.m., sujeito a liquidação prévia ou repactuação das condições formalizadas.

b) Transações

Durante o exercício a entidade realizou as seguintes transações comerciais com partes relacionadas:

	2024			2023		
	Aquisição de produtos	Receita de locação	Juros sobre mútuo	Aquisição de produtos	Receita de locação	Juros sobre mútuo
Ebes Sistemas de Energia S.A.	4.858	-	2.658	-	-	1.875
Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD)	-	37.140	-	-	36.353	-
Consórcio Canastra	-	8.198	-	-	7.829	-
Consórcio Chico Rei	-	3.213	-	-	3.069	-
Consórcio Pampulha	-	8.571	-	-	8.185	-

c) Remuneração da Diretoria

A remuneração da Administração inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais e bônus. A remuneração da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é paga diretamente pela controladora da Companhia.

7 DESPESAS ANTECIPADAS

A composição de outros créditos, é conforme segue abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Comissão (CPC 47)	2.392	3.622
Garantias a apropriar	2.463	2.844
	4.855	6.466
Circulante	2.942	2.844
Não circulante	1.914	3.622
	4.856	6.466

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



Controladora e Consolidado

	Comissão (CPC47) (a)	Garantias a apropriar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.732	1.674	5.406
Adições	1.015	1.495	2.510
Amortização	(1.125)	(325)	(1.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.622	2.844	6.466
Adições	-	-	-
Baixas	-	(118)	(118)
Amortização	(1.230)	(262)	(1.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.392	2.464	4.856

(a) Referem-se a gastos de comissões incorridos conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, originalmente capitalizados na controladora no processo de aquisição de clientes finais e que são alocados na Companhia uma vez que a mesma é a detentora do benefício econômico da receita e aluguel.

8 IMOBILIZADO

a) Saldos

	Controladora e Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação %	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	7	(1)	6	7	-	7
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i)	4	197.412	(24.231)	173.181	184.469	(17.526)	166.943
Usina em Construção - Fazenda Solar (ii)		956	-	956	1.088	-	1.088
		198.375	(24.232)	174.143	185.564	(17.526)	168.038

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Companhia que são locados aos consórcios de geração de energia. O prazo de depreciação das UFVs é analisado levando-se em consideração o prazo da escritura de direito de superfície da terra, onde está instalada a UFV, e o laudo técnico de vida útil dos equipamentos. Dos dois prazos é considerado o menor.

(ii) Refere-se às UFVs, e adiantamento intercompany para a compra de equipamentos de propriedade da Companhia que estão em construção e ainda não foram conectadas.

b) Movimentação

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Controladora e Consolidado é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado				
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Usina em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	169.680	4.542	174.222
Adições	7	818	4.025	4.850
Transferências	-	3.620	(3.620)	-
Baixas	-	(646)	(3.859)	(4.505)
Depreciações	-	(6.529)	-	(6.529)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	166.943	1.088	168.038
Adições	-	1.796	11.370	13.166
Transferências	-	11.147	(11.147)	-
Baixas	-	-	(355)	(355)
Depreciações	(1)	(6.705)	-	(6.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6	173.181	956	174.143

A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Companhia foi dada em garantia de empréstimos e financiamentos.

Apesar do cenário da situação financeira da Companhia descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia.

9 DIREITO DE USO DE ATIVO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Direito de uso

	Controladora e Consolidado
	Terrenos
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	5.697
Atualizações	159
Depreciação	(222)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.634
Atualizações	112
Depreciação	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.501

b) Passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	Arrendamento (IFRS16)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	6.680	
Atualizações	305	
Pagamento - principal	(35)	
Pagamento - juros	(1.241)	
Juros incorridos	1.241	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.950	
Atualizações	235	
Pagamento - principal	(22)	
Pagamento - juros	(1.292)	
Juros incorridos	1.292	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.163	
	2024	2023
Circulante	1.341	1.295
Não circulante	5.822	5.655
	7.163	6.950

10 INTANGÍVEL

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Conexão Fazenda Solar
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adições (a)	5.304
Amortização	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.944

(a) Vide nota explicativa 2.5.5.

11 FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores Nacionais	316	65
	316	65

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Saldos

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2024	2023
Green Fidc Solar GD (Fundo de investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar) - FIDC	195.602	195.602	205.654
Ajuste de consolidação (i)	-	199	-
	195.602	195.801	205.654
Circulante	39.230	39.230	26.191
Não circulante	156.372	156.571	179.463
	195.602	195.801	205.654

(i) Refere-se ao efeito líquido da eliminação no consolidado da cota subordinada que a Companhia detém a totalidade do fundo de investimento Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC) no valor de R\$ 26.006 e as cotas que o fundo de investimento detém no valor R\$ 26.205, vide Nota 5.

b) Movimentação

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2023	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2024	Circulante	Não circulante
FIDC	IPCA + 11% a.a.	BRL	mar/31	205.654	-	29.789	(39.841)	-	195.602	39.230	156.372

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2022	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2023	Circulante	Não circulante
FIDC	IPCA + 11% a.a.	BRL	mar/31	213.047	-	30.619	(38.012)	-	205.654	26.191	179.463

c) Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDC)

Em 2021, foi constituído o fundo Green FIDC SOLAR GD - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar ("Green FIDC"). Trata-se de um fundo de investimento em direitos creditórios, originados a partir de contratos de aluguel de longo prazo de UFVs (Usinas Fotovoltaicas) com consórcios ou cooperativas, constituído sob a forma de condomínio fechado, no montante total R\$ 182.498 com prazo de duração de 12 (doze) anos, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 175 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Ressaltamos que o Instrumento não foi classificado como *true sales*, e, portanto, não houve baixa do saldo de contas a receber.

O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 26.006 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 27.117 em 31 de dezembro de 2023), e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 5. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, a Companhia recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios.

d) Cronograma de liquidação

O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Vencimento	
2026	35.671
2027	32.173
2028	28.983
2029	26.151
2030	23.581
2031	9.813
	<u>156.372</u>

e) Garantias

Os empréstimos contratados para financiamento Capex (projeto Fazendas Solares) possuem, enquanto garantia, cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória, Nota 5.

f) Cláusulas restritivas ("covenants")

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas (covenants) não financeiras, cujo descumprimento pode resultar, no vencimento antecipado das dívidas em questão:

(i) Limitação de distribuição e / ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias;

(ii) Redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados;

(iii) Inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias*);

(iv) Reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas*).

(*). Observados valores, termos e condições descritos nos documentos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nos empréstimos e financiamentos.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

**13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO****13.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 19.870 representado em 19.869.652 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma assim distribuído entre seus acionistas:

	2024		2023	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	19.869.647	100,00%	19.869.647	100,00%
Finco Assessoria Financeira Ltda.	5	0,00%	5	0,00%
	19.869.652	100,00%	19.869.652	100,00%

13.2 Reservas

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

b) Reserva de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. Em 2024 e 2023 não havia saldo de lucros acumulados para compensar com o prejuízo apurado no ano.

c) Distribuição de dividendos

Nenhum valor de dividendos foi distribuído no ano de 2024 e 2023.

14 RESULTADO POR AÇÃO**14.1 Lucro Básico e diluído por lote de mil ações**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade	8.199	10.078
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	19.870	19.870
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R\$)	0,41	0,51

15 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Receita de locação	57.122	55.436
(-) Impostos sobre receitas	(2.085)	(2.023)
	55.037	53.413

16 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Matérias-primas e materiais	(406)	(344)
Serviços de terceiros	(512)	1.328
Depreciações e amortizações	(8.792)	(7.892)
Despesas tributárias	(53)	(12)
Uso e consumo	(44)	(17)
Salários e benefícios a empregados	(10)	-
Outras despesas e receitas	(3)	-
	(9.820)	(6.937)
Custo dos serviços prestados	(7.941)	(7.436)
Despesas gerais, administrativas e vendas	(649)	499
Outras despesas (CPC 47)	(1.230)	-
	(9.820)	(6.937)

17 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.870	2.547
	<u>2.870</u>	<u>2.547</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(6)
Juros, multas e descontos	(33.729)	(33.169)
	<u>(33.731)</u>	<u>(33.175)</u>
	<u>(30.861)</u>	<u>(30.628)</u>

18 PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal dos seus negócios, está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Diretoria, apoiada por seus assessores jurídicos, avalia anualmente e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível.

19 GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	Nota	Controladora				Mensuração a valor justo
		2024		2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
<u>Valor justo por meio do resultado</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	717	717	3	3	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	26.006	26.006	27.117	27.117	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>						
Partes relacionadas	6	17.890	17.890	24.488	24.488	Nível 2
Passivos financeiros						
<u>Custo amortizado</u>						
Fornecedores	11	316	316	65	65	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	12	195.602	195.602	205.655	205.655	Nível 2
Partes relacionadas	6	30.019	30.019	26.331	26.331	Nível 2
	Nota	Consolidado				Mensuração a valor justo
		2024		2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
<u>Valor justo por meio do resultado</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	717	717	3	3	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	26.205	26.205	27.117	27.117	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>						
Partes relacionadas	6	17.890	17.890	24.488	24.488	Nível 2
Passivos financeiros						
<u>Custo amortizado</u>						
Fornecedores	11	316	316	65	65	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	12	195.801	195.801	205.655	205.655	Nível 2
Partes relacionadas	6	17.890	17.890	24.488	24.488	Nível 2

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento firmado, de natureza financeira ou operacional, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	717	717	3
Partes relacionadas (ii)	17.890	17.890	24.488
Títulos e valores mobiliários (iii)	26.006	26.205	27.117
	44.613	44.812	51.608

(i) Bancos: Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Partes relacionadas: A Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

(iii) Títulos e valores mobiliários: Cotas Subordinadas subscritas do contrato FIDIC. Em dezembro de 2024, as cotas subordinadas (TVM) subscritas totalizam 29.143 cotas no valor de R\$ 892,37 (em 31 de dezembro de 2023 totalizavam 29.143 cotas no valor de R\$ 930,47).

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela controladora da Companhia pode incluir referências bancárias.

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Companhia. Esta análise é realizada na controladora EBES Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço de equipamentos de fazenda solar, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar sua liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024								
Passivos								
Fornecedores	11	316	316	316	-	-	-	316
Empréstimos e financiamentos	12	195.602	352.208	10.411	34.879	219.916	87.002	352.208
Partes relacionadas	6	30.019	30.019	3.913	7.151	18.955	-	30.019
	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023								
Passivos								
Fornecedores	11	65	65	65	-	-	-	65
Empréstimos e financiamentos	12	205.654	309.837	8.642	29.259	164.239	107.696	309.837
Partes relacionadas	9	26.331	26.331	1.016	25.315	-	-	26.331

e) Risco regulatório

A Companhia está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota (Resolução Normativa ANEEL n° 1.059/2023 e lei 14.300/2022). As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Companhia são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

f) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento indexados ao CDI e IPCA. Os financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise, utilizando como cenários base os índices divulgados por meio de relatório do Banco Central do Brasil ou taxas divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, ambas contemplando última disponibilidade de dezembro de 2024.

Operação	Risco	Alta 35%	Alta 20%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 20%	Queda 35%
Exposição a índices variáveis							
<u>Ativo</u>							
Aplicações Financeiras	Alta/queda CDI	41	41	40	39	39	38
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda CDI	139	124	113	93	82	67
<u>Passivo</u>							
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda CDI e IPCA	31.732	31.516	31.372	31.084	30.940	30.724

20 COBERTURA DE SEGUROS

Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os contratos de seguro têm vigência de um ano e são renovados anualmente.

Descrição	Limite máximo de indenização (*)	Início vigência	Término vigência
Responsabilidade Civil			
Obras Cívicas e/ou Serviços de Instalação e/ou Montagem de Máquinas Poluição Súbita e RC Cruzada	75.000		02/02/2024 02/02/2025
Riscos operacionais			
Danos Materiais - Inclusive incêndios decorrentes de queimadas em zona rural	188.440	29/01/2024	29/01/2025
Lucros cessantes			
Riscos de engenharia			
Obras Cívicas em construção e/ou instalações e/ou montagens	30.000	01/02/2024	01/02/2025

(*) Informação não auditada

1 Capital segurado poderá ser reintegrado após pagamento de indenização.

2 Capital segurado máximo contemplando UFV individual com potência de 6,65 MWp.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)



21 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a companhia realizou operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$ 11 de direito de uso aos ativos em construção (em 2023 não houve saldo).